

CONEXÕES E INTERDISCIPLINARIDADE NOS COLETIVOS DE MEMÓRIA E PRESERVAÇÃO DE PATRIMÔNIOS

Márcia Regina Bertotto¹
Vera Maria Sperandio Rangel²

Introdução

O presente texto parte da pesquisa concretizada para participar do Simpósio Internacional do Comitê Internacional de Museologia (Icofom-ICOM), em 2021, que resultou no artigo “Um Museu Comunitário no Sul do Brasil – Misturas, Hibridismos e Participação” e está publicado (ICOM, 2021). Prossegue com a proposta de análise na atualidade das novas formas de apresentação de organizações dedicadas aos patrimônios³, que usam para a comunicação com seus públicos, as plataformas digitais gratuitas, como: Facebook, Instagram, Youtube, Twitter e, cada vez menos, os sites institucionais. Mesmo estas novas formas de organização das relações sociais, buscam ou necessitam da sustentação da agência de poder.

Isso porque, a contemporaneidade não consegue mais desconectar a rede digital do contexto cultural contemporâneo, o que exige a reavaliação da aplicação dos métodos de pesquisa e de coleta de dados, devido aos desdobramentos das novas configurações das mídias digitais. Dessa maneira, diversas metodologias qualitativas exigem reavaliação constante, incluindo a metodologia que guia as entrevistas, os grupos focais e o funcionamento de diferentes plataformas em que se desenvolvem as sociabilidades digitais (Ferraz e Alves, 2017: 14)

O aspecto principal aqui é que as organizações são livres, no intuito de representar as suas vidas e práxis, porque estão escapando aos jogos de poder oficial. Buscam planejamento conjunto, em redes e associação, mas sobrevivem cada uma em situações específicas, possivelmente buscando nas redes, legitimação e formas de sustentabilidade, inclusive através de editais de fomento.

¹ Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil. Email: marcia.bertotto@ufrgs.br. ORCID 0000-0002-1366-870X

² Museóloga e Consultora Independente, Brasil. Email: verasrangel@gmail.com. ORCID 0000-0003-2488-3154

³ “O patrimônio material protegido pelo Iphan é composto por um conjunto de bens culturais classificados segundo sua natureza, conforme os quatro Livros do Tombo: arqueológico, paisagístico e etnográfico; histórico; belas artes; e das artes aplicadas. A Constituição Federal de 1988, em seus artigos 215 e 216, ampliou a noção de patrimônio cultural ao reconhecer a existência de bens culturais de natureza material e imaterial e, também, ao estabelecer outras formas de preservação – como o Registro e o Inventário – além do Tombamento, instituído pelo Decreto-Lei n.º. 25, de 30 de novembro de 1937, que é adequado, principalmente, à proteção de edificações, paisagens e conjuntos históricos urbanos.” (Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/> Acesso em: 26 out. 2021.)

Quando produzimos o texto para o Icofom-ICOM, verificamos como se deu o interesse na criação e como vem se desenvolvendo o Museu Comunitário Casa Schmitt-Presser, de Novo Hamburgo, Rio Grande do Sul. Retomando e examinando as considerações do artigo apresentado, percebemos o cenário brasileiro com várias diferenças. Vamos nos aproximar da literatura relativa à práxis para compreender, ou tentar entender melhor, como se institucionalizam e efetivam as atividades dos ecomuseus, dos museus de favela, dos pontos de cultura e dos pontos de memória no território brasileiro. O real está apresentando a cada novo dia formas ainda não tipificadas, formalmente, de museus, a partir da publicação do Estatuto de Museus e das legislações anteriores e posteriores – específicas de museus e da Cultura Viva - e mesmo das tradições.

Para nos aproximarmos do nosso objetivo, que é observar a renovação das organizações patrimoniais e como estes dados coletados conversam com o proposto, encontramos o campo emergente da Antropologia Digital e da Linguagem Digital, cada vez mais presentes no dia a dia, tanto das instituições, como da pesquisa científica, bem como da sociedade. A literatura referente ao assunto ainda é pouco divulgada e interessante. A intenção é, também, observar como o avanço da pesquisa dialoga com a nossa proposta no artigo original. No âmbito acadêmico, se torna cada vez mais conhecido Daniel Miller, antropólogo e professor da Universidade College London (UCL), no Reino Unido, que percebe a importância da Antropologia contemporânea, para pensar um mundo crescentemente mediado por tecnologias digitais. No Brasil, contamos com dois de seus livros, traduzidos: “Teoria das Compras” (2002) e “Trecos, Troços e Coisas” (2012). Não ignoramos a polêmica (que não aprofundaremos neste artigo) que ocorre entre pesquisadores em Antropologia Digital e os que pensam que não se trata de etnografia e sim de uma explicação cibernética e com transdisciplinaridade.

A pesquisa online sempre é multimídia, então, entre os dados arquivados há livros online, textos em pdf, revistas digitais, vídeos, entrevistas de jornais versão online, fotos; entre o material físico, livros e textos, os quais devem ser sintetizados, nomeados e separados em mais arquivos. Desta maneira, o computador passou a ser o campo, o arquivo, instrumento de produção e armazenamento do conhecimento (Machado, 2017: 23)

Em pesquisa realizada pelo Conselho Internacional de Museus em seu Comitê Brasileiro, o ICOM-BR, “Dados para navegar em meio as incertezas: Parte II - Resultados da pesquisa com públicos de museus” foi desenvolvida em 2020. A publicação dos dados

é elucidadora sobre o que o público, que frequenta museus, pensa sobre as instituições e de como se dará o diálogo entre o público e a instituição na reabertura presencial que ocorre gradualmente ao longo de 2021. Entre vários itens, a pesquisa citada aborda as dificuldades que a navegabilidade, por vezes, apresenta para o acesso, porque cada plataforma tem peculiaridades. Há, frequentemente, problemas técnicos nas conexões e acessos. O ICOM-BR recomenda que os dados obtidos na pesquisa de público sejam compartilhados e divulgados, porque essa análise traz qualificação técnica para o campo. O conceito de museu utilizado pelo Conselho é amplamente usado e divulgado no campo da Museologia no Brasil.

Conhecer o público importa ao conjunto de equipamentos culturais e, a partir deste conhecer, é possível inclusive avaliar o público potencial e o não-público e planejar estratégias e ações para conquistá-los. As novas formas de museus são natos digitais. Notadamente, o momento atual da tecnologia - como o da sociedade - resolve, pelo virtual, o problema de serviço longe do ambiente real, até então usado pelo museu físico. E essa mudança tornou-se mais ágil, menos onerosa e, inclusive, com valorização das casas de memória.

Organizações de memória notadamente em comunidades de favelas se aproximam do viés de Museologia Social.

Reconhecemos que aquilo que caracteriza a Sociomuseologia não é propriamente a natureza dos seus pressupostos e dos seus objetivos, como acontece em outras áreas do conhecimento, mas a interdisciplinaridade com que apela a áreas do conhecimento perfeitamente consolidadas e as relaciona com a Museologia propriamente dita. (Moutinho, 2015: 9)

Os museus para se inserirem na organização definida pela legislação, cujos marcos estão forjados desde os anos 2000 e, “Como em toda a organização, para que um museu possa fazer parte destas instituições existe o pertencimento a uma estrutura, a um sistema. É necessário enquadrar-se em regras que permitem estar neste ou noutro sistema.” (Bertotto, 2013: 58). Assim, para fazer parte do sistema de museus há que existir uma instituição museu, conceituada como tal ou com a observância de parâmetros mínimos de qualidade preconizados anteriormente pelo Conselho Internacional de Museus e igualmente, na atualidade, pela legislação brasileira.

A opção de pertencer à qualificação como Museu ou Ponto de Cultura é próprio de cada um. A Lei 13.018, de 22 de julho de 2014, a Lei da Cultura Viva, que institui a Política Nacional de Cultura Viva foi criada, visando “simplificar e desburocratizar os

processos de prestação de contas e repasse de recursos para as organizações da sociedade civil; articulação de parceria entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios com a sociedade civil.” (POLÍTICA..., 2019).

Quanto aos museus brasileiros, estes gozam de uma política pública específica que tem tido permanência. Trata-se da Política Nacional de Museus (PNM) estatuída em 2003, a partir da organização do Sistema Brasileiro de Museus (SBM) e de seu órgão gestor, o Instituto Brasileiro de Museus (Ibram), de 2009. As instituições que desejarem podem aderir ao SBM e, para tanto, precisam preencher critérios e requisitos específicos conforme o Estatuto de Museus (2009). Esta parametrização também está definida pelo Ibram através da elaboração do Plano Museológico (previsto na Lei 11.904/2009), que trata de estabelecer a missão e os programas do museu, as suas diretrizes de funcionamento e as orientações necessárias para o desenvolvimento de projetos e atividades específicas, obrigatórias para os museus que desejarem receber seus respectivos registros.

A organicidade social desenha novos modos e requer possível adaptação à lei ou à nova legislação. A dinâmica da sociedade se organiza – no nosso entender – positivamente, e escapa da maioria destes critérios previstos na legislação. Isto porque existe um desejo de memória, que parte das comunidades nas quais as organizações patrimoniais estão inseridas, que transbordam e reforçam a ação comunitária numa experiência de coesão social, explicada desde há muito tempo por Émile Durkheim (1858-1917). Estes grupos, em seus ambientes vivenciais, compartilham das crenças, das tradições e das memórias de seus membros e objetivam divulgá-las e, para isso, utilizam-se cada vez mais das redes sociais. Carlos Roberto Brandão (Ibram, 2016), então Presidente do Ibram, indica a existência de um crescimento da Museologia Comunitária, um movimento amplo, engajado e diverso de comunidades, para a consolidação de suas narrativas museais. As novas formas de organização de narrativas museais, vêm realizando o que diz Brandão.

Trazemos para esta discussão, o que propõem Eckert e Rocha (2013: 39): “O diálogo entre diferentes olhares resulta na complexidade da experiência temporal humana, sob o enfoque da sua dimensão narrativa, considerada, esta última, fator de mediação entre a identidade pessoal e a identidade pública, a ação individual e a ação coletiva”. Buscando relações entre os estudos etnográficos tradicionais e os da contemporaneidade, onde as redes sociais são o campo físico em que se dão as relações.

A etnografia como método, quando associada ao campo online tem sido reapropriada por muitas áreas que vão além da Antropologia. Fato que para os defensores das premissas clássicas do método antropológico, pode corresponder a uma perversão da tradição metodológica no exercício etnográfico desenvolvido no campo da cultura analisada em terra firme.” [...] No entanto, desprezar a condição digital da cultura contemporânea, a qual se alastra em todas as esferas das relações sociais (se apresentando também como campo e/ou objeto de pesquisa) é ignorar as recentes mídias no cotidiano das relações sociais como o fato social da nossa era (Ferraz e Alves, 2017: 5)

Escrevem as autoras sobre o objetivo que pesquisam relativo aos deslocamentos próprios de estudos etnográficos e, no caso da citação acima, em redes sociais online. A etnografia - método da Antropologia -, as tecnologias da comunicação, e outras tantas, são possibilidades de pesquisa online. É na esteira, também, das novas formas de inserir e pensar as organizações patrimoniais e o surgimento de outras epistemes da Museologia que surgem novas formas de as instituições se organizarem e de possibilidades de preservação de memórias (Chagas, 2011; Jeudy, 1990).

No final do século XX houve a ampliação do conceito de documento (Le Goff, 1984; Julião, 2006) e compreendemos que vem ocorrendo um alargamento, também, das tipologias de museus, que incluem as demais memórias fundantes brasileiras, exatamente compreendendo isto como polifonia das vozes. Esta ideia é reforçada por Mario Chagas (2011): “A democratização da tecnologia museu implicou a apropriação (ou a antropofagia) dessa ferramenta por diferentes grupos étnicos, sociais, religiosos e familiares com o objetivo de constituir e institucionalizar as suas próprias memórias.” (Chagas, 2011:12). É guardada correspondência com a ampliação da diversidade museal que está se fazendo aceitar primeiro pelas comunidades e, depois, pelo reconhecimento legal.

Dentro desta ampliação tipológica e no tocante à abordagem de Ecomuseus, observamos que o Eco traz envolvimento com o entorno natural, a ecologia e o entorno social, a ecologia humana.

Essa reflexão também evidenciou que o prefixo «ECO» aludia tanto ao entorno natural/ ecologia, como ao social/ eco social e ecologia humana. O ecomuseu como nova tipologia de museu ganha importância no universo museológico, entre outras razões, por aproximar no contexto museológico as preocupações de ecologia e da etnologia regional e, por outro lado, ao dar resposta ao anseio de criação de um novo modelo de museu capaz de expressar as aspirações de profissionais e da sociedade, visando a participação e autogestão (Primo, 2008: 86)

Em seu texto “Qual o futuro para os Ecomuseus?”, Hugues de Varine e Graça Filipe (2015) apontam que o ecomuseu tem fragilidades e inovação. Questionam sobre o

futuro dos ecomuseus, incluindo a validade do termo e de riscos advindos, e observam a necessidade de percepção dos riscos. Ambos os autores apontam uma série de riscos como: coleção, economia, política, modelos e tendências, incluindo os desafios aos ecomuseus na atualidade. A consciência de pertencimento dos ecomuseus, e dos pontos de memória que compartilham de um bioma rico, frágil e ameaçado de várias formas de exploração e descuido. A mídia trata o tema Amazônia quase exclusivamente, contudo, a temática da Mata Atlântica, é raramente abordada, sendo igualmente importante e pode ser propulsora de desenvolvimento, nos âmbitos ambiental, econômico e social.

Mas, sem dúvida, constitui uma alternativa interessante para a ressignificação de comunidades que desejam valorizar e dinamizar suas relações com o espaço, o tempo e o patrimônio, em âmbito local – desde que não seja percebido como ferramenta (como quase sempre acontece), pois ferramentas são instrumentos que levam facilmente à manipulação. A evolução da prática museológica [...]. (Scheiner, 2012: 25)

Sob esta ótica observamos que, no Brasil, a Mata Atlântica está onde se compreendem as zonas de terra desde o Rio de Janeiro, no Sudeste, até o Rio Grande do Sul, no Sul. Território que é comum a todas as outras formas de organização de memória, além dos ecomuseus. Precisamos todos nós, agentes do setor cultural, fazer mais sobre esse território comum, precioso, descuidado e sofrido, como previsto na Constituição Federal vigente⁴.

Os ecomuseus não abordam a questão da preservação especificamente da Mata Atlântica, e ela é urgente, tanto quanto a preservação das memórias sociais (Chagas, 2011).

Parte 1 – Acompanhando a conceituação

Conforme o Decreto 8.124 de 17 de outubro de 2013, que regulamenta os dispositivos da Lei 11.904/2009 (Estatuto de Museus) e da Lei 11.906/2009 (Criação do Ibram), é considerado museu

⁴ Observar o que diz o Art. 225 e seu parágrafo 4º

instituição sem fins lucrativos, de natureza cultural, que conserva, investiga, comunica, interpreta e expõe, para fins de preservação, estudo, pesquisa, educação, contemplação e turismo, conjuntos e coleções de valor histórico, artístico, científico, técnico ou de outra natureza cultural, abertos ao público, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento. (Brasil, 2013)

Neste sentido, os museus, conforme a PNM, deverão cumprir quesitos que os guindam, em nosso entendimento, a um patamar de institucionalidade importante no cumprimento de atividades, ações, manutenção, sustentabilidade, a fim de executar seu trabalho perante seus públicos e suas mantenedoras. Também devemos destacar que o atendimento aos referidos quesitos impõe restrições aos museus e, inclusive, à forma de pensá-los como ambiente para a efetivação de uma Museologia contemporânea.

Durante o ano de 2019 e, em 2020 e 2021, vem sendo discutida uma nova conceituação de museu⁵ pelo ICOM. O Comitê Internacional de Museologia (Icofom/ICOM) está envolvido nesta questão da atualização do conceito de Museu, e o Movimento Internacional da Nova Museologia (Minom), de maneira mais contundente, divulgou a “Tomada de posição sobre a proposta de uma nova definição de museu.” (ICOM, 2019). Pedro Pereira Leite observa o quão difícil é avançar

Mas a ideia do museu ainda tem dificuldades em escapar a ‘tradicional’ instituição e assumir-se como processo. Ancorados nas velhas tradições epistemológicas o mundo dos museus ainda é pensado como um conjunto de regras que se pretendem universais e estáticas, ao invés de processos dinâmicos em transformação. (Leite, 2018)

Conforme o mesmo Decreto de 2013, está identificada a possibilidade de outras formas de pensar e fazer museu

processo museológico - programa, projeto e ação em desenvolvimento ou desenvolvido com fundamentos teórico e prático da museologia, que considere o território, o patrimônio cultural e a memória social de comunidades específicas, para produzir conhecimento e desenvolvimento cultural e socioeconômico. (Brasil, 2013)

Aqui, a partir da conceituação prevista em legislação, temos um diálogo com as instituições que fazem parte das redes e emergem de memórias e organizações como a Rede de Museus/RJ:

[...] uma rede de base comunitária que fortalece e multiplica iniciativas de sustentabilidade e resiliência nas favelas do Rio, de forma a concretizar o potencial delas como parte de um futuro urbano sustentável. A Rede reúne mais de 150 projetos e já engajou mais de 1000 participantes em seus dois anos de atuação. Atuamos por meio de sete Grupos de Trabalho (GTs) [...] (Rede..., 2020)

⁵ A redação pode ser conferida no portal do ICOM/PT: <https://icom-portugal.org/> Acesso em 08 out. 2021.

Quanto aos Pontos de Memória, ao início, o programa que os criava, reunia doze participantes. As instituições que estiveram junto aos novos e pioneiros desde o início foram: Pontos de Memória: Museu da Maré e Ecomuseu da Amazônia; Pontos Parceiros: Museu da República, Museu Goeldi e Universidade Federal de Pernambuco (Ibram, 2016). O Programa Pontos de Memória “reúne um conjunto de ações e iniciativas de reconhecimento e valorização da memória social, de modo que os processos museais protagonizados e desenvolvidos por povos, comunidades, grupos e movimentos sociais, em seus diversos formatos e tipologias, sejam reconhecidos e valorizados [...]” (Ibram, 2016).

Relativamente aos ecomuseus, Brulon (2015: 288) comenta: “Os primeiros ecomuseus foram criados como estruturas maleáveis sujeitas a transformações no tempo de acordo com a evolução das sociedades e as transformações necessárias do fazer museológico.” Isto pode se confirmar em exemplos, como mencionado acima, que surgem e se mantêm ou se desfazem em várias localidades e que já observamos, como no Museu Comunitário Casa Schmitt-Presser de Hamburgo Velho (RS), no Ecomuseu de Maranguape (CE), no Ecomuseu Ilha Grande (RJ). É de se compreender, então, que ocorrem adaptações conforme as necessidades que cada momento pede ou impõe.

A sociedade no Capitalismo, da forma que hoje se apresenta e como estamos vivenciando, pode ser caracterizada como tempos fluidos, líquidos, como define Zygmunt Baumann (2007) e, assim, não é mais suficiente o museu só de exposição. Presentemente se requer o museu de inclusão, o museu que tenha a participação do público não só como espectador, mas como proponente, atuante, indicador, para se sentir reconhecido nesta ação. Sendo assim, entendemos que aos museus que não observam parâmetros museológicos, obviamente falta absorver o que Museologia determina.

Nakano e Jorente indicam que o ecomuseu visa a cooperação comunitária “e uma abordagem que leva a um processo construtivo enraizado em um território.” (2013: .244). Também reforçam a questão de o prefixo eco indicar o meio social.

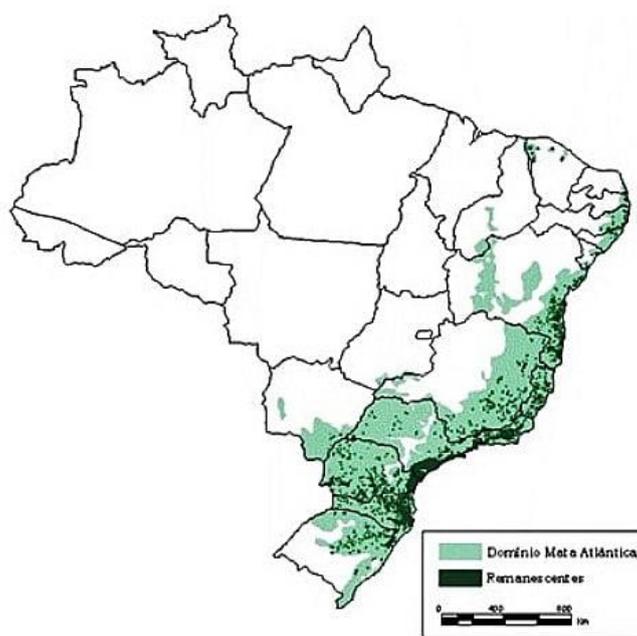
Na epistemologia produzida por Milton Santos e denominada por ele de Geografia Nova, que renovou conceitos no seu livro “Geografia do Século XX”, o autor aponta as conexões entre o território e a cidadania:

Há desigualdades sociais que são, em primeiro lugar, desigualdades territoriais, porque derivam do lugar onde cada qual se encontra. Seu tratamento não pode ser alheio às realidades territoriais. O cidadão é o indivíduo num lugar. A República somente será realmente democrática quando considerar todos os cidadãos como iguais, independentemente do lugar onde estejam. (Santos, 2013: 203)

Ao pensarmos nas ações e nas atividades das instituições que compartilham este ambiente notamos que são categorias, tipologias diversas, que se encontram no território conjunto. Desta forma, poderiam trazer à tona as preocupações com a preservação e os cuidados com o ecossistema, tendo em conta que área está na Mata Atlântica, tão fragilizada, e esta se impõe como território comum.

Os mapas a seguir (figuras 1 e 2) ilustram o argumento de realidades territoriais de que fala Santos, e que aqui pensamos que poderiam se dar nas relações entre os campos científicos que elencamos para nossa escrita.

Figura 1 – Mapa da Mata Atlântica brasileira



Fonte: <https://marsemfim.com.br/desmate-volta-a-subir-na-mata-atlantica-562013/> Acesso em: 30 dez. 2021

Figura 2 – Mapa de Biomas do Brasil



Fonte: <https://www.gestaoeducacional.com.br/biomas-brasileiros-quais-sao-caracteristicas-e-localizacao/>
Acesso em: 30 dez. 2021

A partir da observação das informações constantes dos mapas, conseguimos identificar uma inter-relação entre o que os autores elencados acima comentam: é pela importância da ecologia, do meio-ambiente natural e do entorno social que se constroem as memórias. A maioria dos processos de memória está no espaço territorial que permite experiências similares, ou seja, na zona da Mata Atlântica. Há, na maioria deles, a preocupação com a sustentabilidade e com questões ambientais. Não encontramos referência ao espaço da Mata Atlântica nas plataformas usadas por estas organizações.

No caso da pesquisa anterior referente a Casa Schmitt-Presser (Bertotto & Rangel, 2021) o prédio está instalado em uma região de Mata Atlântica e havia interesse da Prefeitura pela Casa no tocante ao acesso, com a perspectiva de abertura de rua e implantação de loteamento. Para fortalecer e ampliar o museu, Ernesto Scheffel (artista plástico, que foi o organizador da campanha pelo tombamento da Casa e seu entorno) e os demais envolvidos da comunidade preocuparam-se em olhar para fora, objetivando o fortalecimento da instituição. As identidades culturais são diversas e com características de cada lugar. O olhar para fora seria um indicativo de observar que o território, bem comum a todos, é a Mata Atlântica. Lembramos que Hugues de Varine, pesquisador francês, envolvido com a criação do ICOM, e do desenvolvimento de novas formas de museus, esteve em Novo Hamburgo e participou da criação da Casa Schmitt-Presser e em diversas oportunidades esteve acompanhando o andamento do processo.

Fortalecer os museus que existem no território da Mata Atlântica, incluindo em seus programas, temas em relação ao território e de como ajudar este território para fortalecê-lo e mantê-lo vivo. Sobre o entorno dos museus, citamos como exemplares, os usos da Casa Schmitt-Presser e do Museu da República. Ambas as instituições tiram proveito desse espaço externo para enriquecer as atividades e o convívio dos públicos. E, junto a isto, a preservação e manutenção do que ainda sobrevive da Mata Atlântica.

As organizações de memória respondentes à pesquisa “Dados para navegar em meio às incertezas III” (ICOM-BR, 2020) situam-se: no Nordeste, onde estão 22,0%; no Centro-Oeste, 7,3%; no Sudeste, 39,2% e no Sul, 27,0% e, visando ratificar, apontamos os dados da pesquisa. Dentre as instituições participantes da pesquisa, 75,5% são do Sudeste, sendo 57,2% apenas de São Paulo, estado que, de acordo com os dados da plataforma Museus BR, iniciativa do Ibram, é o primeiro em quantidade de museus no Brasil, com 667; seguido pelo Rio Grande do Sul, com 473 museus.

Mario Moutinho observa que: “Cada projecto sendo um trabalho colectivo, tem necessidade para o seu desenvolvimento da criação de meios de comunicação em particular no interior do grupo e entre o grupo e a comunidade à qual ele pertence.” (Moutinho, 2001: 73). Citações que coadunam com as organizações de preservação patrimoniais sendo vistas pelo olhar da descolonização, pelo viés do deslocamento do acervo para o público. Neste sentido, é a comunidade que faz o museu.

É a base institucional dos ecomuseus brasileiros que precisa se fortalecer, impotentes por vezes, ao invés de propor e construir as novas relações com o setor do Turismo se deixam manipular ou, o que é ainda pior, por vezes, nem participam do planejamento das ações para a recepção de excursões, por exemplo.

O Turismo se apropria do conceito e da existência do museu pensando que ao propor maior número de visitantes fará a sua parte. Devemos igualmente dar atenção ao interesse comercial que o Turismo proporciona a si próprio. Em seus “pacotes” oferecem visitação, com roteiros pagos, incluem espaços culturais que não recebem outra remuneração que não seja a visitação. Os museus, em geral, percebem os operadores do Turismo como parceiro ou aliado, isso se realiza apenas de um lado. Cabe aos museus compreender que a relação tem potencial de ser equilibrada, carece de negociação e planejamento comum. Um público que entra e sai rapidamente, tem pouca oportunidade de fruição e principalmente de absorver o conhecimento proposto pelas exposições.

A Museologia por parte destes museus não é uma preocupação, não há organização museológica rigorosa e tampouco equipe técnica com museólogos, o que já os diferencia fortemente da concepção de organização formal e tradicional de museu. Claramente o museu tem potencial turístico e comercial, mas deve cumprir as funções para as quais encaminha sua existência: pesquisa, preservação, informação e fruição.

Rangel identifica um paradigma contemporâneo, onde a comunidade está integrada ao museu e se faz participante

O paradigma contemporâneo da sociomuseologia propõe um museu que seja um instrumento para o desenvolvimento comunitário, a partir de uma base institucional, mas construindo novos tipos de relações: aprendizagem, entretenimento, comunicação, lazer e muitas outras, resultantes da interação com a sociedade e seus anseios. Defino dessa forma o museu integrado e ainda acrescento que o mesmo sai dos seus muros para se unir com a comunidade. A integração do museu também será atingida, com as pessoas da comunidade sendo chamadas para participar de decisões, construindo conjuntamente tanto a missão como o planejamento anual, por exemplo.” (Rangel, 2013: 21)

Quanto ao Museu de Favela, as novas organizações apresentam inovações próprias do momento sociopolítico da sociedade atual, em que a inovação é um item buscado pelos chamados empreendedores.

Como veremos, o Museu de Favela trabalha com um modelo que reflete sobre a ideia de museu sem território e, desse modo, o seu patrimônio é todo o território da favela. Depois de investigar sobre as concepções de museologia social e descrever o caso do Museu de Favela, este artigo investigará como as plataformas digitais foram desenvolvidas para ampliar o sentido da cultura participativa e como a comunidade e os diferentes tipos de audiência se mobilizaram com a proposta. (Machado e Soares, 2018: 51)

Chama a atenção o fato de que parte, de dentro das comunidades e não das instâncias governamentais, dos quais se diz que o brasileiro, em geral, espera as soluções para suas necessidades. Teresa Scheiner percebe que: “Todos nós conhecemos ecomuseus, museus comunitários e museus participativos desenvolvidos a partir do alto, baseados em programas políticos de desenvolvimento nacional e/ou regional.” (2012: 26). Observamos que existe sim, a participação da comunidade, nas novas tipologias, tal como vem sendo almejado pela Museologia Social.

O que temos hoje é o surgimento dos museus de favela no meio da comunidade, e estes chegam inseridos no atual ambiente virtual. O virtual que traz visibilidade e acesso, participação e inúmeras outras possibilidades – e, um dado importante, é que o acesso à rede de internet não é universal. Há acesso gratuito, mas ainda com debilidade nas camadas pobres. A iniciativa tem se estruturado em rede. A “Rede Favela Sustentável” se baseia na perspectiva de favelas como fonte de soluções, inclusive para a sustentabilidade humana, dentro do conceito da rede de “Desenvolvimento Comunitário Baseado em Ativos”.

O museu de favela, mais do que um lugar de memória e de exposição de acervo e coleções locais, pode e deve ser lócus de pesquisa e produção de conhecimento gerado a partir de um ponto de vista do oprimido, de um ponto de vista insurgente, de um ponto de vista decolonial, de onde emana a verdadeira busca por mudança. Essa perspectiva de mudança pode ser observada em museus do Guia, como o Instituto de Pesquisa e Memória Pretos Novos, que foi fundado em 2005 e “promove a reflexão sobre a escravidão e suas sequelas para os princípios de igualdade racial no Brasil”. Muitos projetos culturais do Guia inovam ao questionar as noções tradicionais do que constitui um museu. O NOPH de Santa Cruz, embora tenha sido fundado originalmente para “valorizar o patrimônio material de Santa Cruz, principalmente as construções do período colonial, Jesuítas, e imperial”, disse José Renato Pimenta, evoluiu com “a virada museológica em direção ao patrimônio imaterial, no final dos anos 1980, começo dos anos 1990”. Nos anos 1990, “o museu passa a ser o território do bairro e a população que nele habita, ou seja, isso coloca diretamente a favela dentro do NOPH... porque 70% do bairro de Santa Cruz é composto por favelas. (Rede..., 2020)

A missão dos museus de favela mostra ressonâncias de ecologia quando visa preocupação e cuidado com a sustentabilidade ambiental e o objetivo de tornar a comunidade autossustentável. O Guia da citação acima indica o mapa das instituições de preservação de memória no Rio de Janeiro e uma breve explicação sobre o local, bem como seu endereço e ano de fundação⁶. A relação dos tipos de museus de favela, por si, indica a riqueza cultural reunida e a maioria está comunicando ações, planejamentos e eventos pelas redes sociais.

De acordo com publicação do Ibram (2016), existem pontos de memória espalhados pelas regiões brasileiras e de diversas representatividades. O Museu Social da Brasilândia (SP) situa-se numa região que é resultado do desmembramento de sítios e chácaras existentes no primeiro quartel do século XX e reúne representantes de diversos grupos e movimentos comunitários. Outros exemplos são os Pontos de Memória do Taquaril (Belo Horizonte/MG) e da Grande São Pedro (Vitória/ ES), além do Ponto de Memória Terra Firme (Belém/PA). Estes juntamente com outros pontos de memória formaram os doze primeiros pontos de memória do Programa Pontos de memória que estão destacados na publicação acima referida.

Segundo Manuelina Cândido, no posfácio da publicação (2016)

Este livro consolida uma memória de um programa fundamental para o Instituto Brasileiro de Museus, a partir do registro e da avaliação realizados pelo olhar não institucional dos 12 Pontos de Memória Pioneiros. O texto que está a sua frente foi, portanto, construído por muitas mãos, como todo o Programa Pontos de Memória, que ao fim e ao cabo identifica e dissemina metodologias da Museologia aplicadas a realidades muito diversas, mas que têm em comum os desafios sociais, o vigor de suas memórias e identidades, os anseios de se verem representados no contexto maior da memória brasileira. Comunidades que, em um movimento de duplo sentido, inspiraram e foram inspiradas pelas instituições museológicas brasileiras e pelo Instituto Brasileiro de Museus a consolidar essas memórias como esteio para ações visando a sua [...] (Ibram, 2016: 96)

⁶ Museu das Remoções – Vila Autódromo; Quilombo Pedra do Sal (um dos primeiros urbanos); Universidade Indígena Aldeia Maracanã; Museu do Grafiti; Meeting da Favela; Núcleo de Orientação e Pesquisa Histórica de Santa Cruz –NOPH; Museu da Maré; Núcleo de Memória e Identidade da Maré- NUMIM; Memória de Cerro Corá; Museu Sankofa – Rocinha; Museu da Favela – Pavão, Pavãozinho e Cantagalo (a céu aberto); Assoc. Cultural Quilombo do Socopã (preservação da mata e biodiversidade); Quilombo Cafundá Astrogilda (Ervas medicinais e práticas dos antepassados); Ecomuseu de Sepetiba; Ecomuseu Caceribú; Museu Vivo de São Bento – Baixada Fluminense/ecomuseu; Casa do Jongo da Serrinha; Museu Casa do Bumba Meu Boi em Movimento – Bangu; Casa Amarela – Providência; Museu do Horto

Trazemos aqui o conceito de redes que se caracterizam como nós que se fazem e desfazem conforme conexões que se dão entre os membros (Martino, 2014) e a atuação em rede pressupõem relações, contatos e coesão (Castells, 2015).

Há um misto de conceitos, aparece o ecomuseu e preocupação e cuidado com a conservação ambiental, por meio de ações de regulamentação do uso do ambiente natural e das suas espécies, com o desenvolvimento de várias organizações ambientalistas que buscam disseminar o conhecimento das interações entre o homem e a biosfera. Há, também, o entendimento de muitas aplicações práticas da ecologia, da biologia da conservação, da gestão de zonas úmidas, da gestão de recursos naturais (agricultura, silvicultura e pesca), do planejamento da cidade e de aplicações na economia⁷. Isto tudo foi possível identificar numa ligeira busca na internet.

Na Lei 13.108, da Cultura Viva (2014) observamos

Art. 4º A Política Nacional de Cultura Viva compreende os seguintes instrumentos:
I - pontos de cultura: entidades jurídicas de direito privado sem fins lucrativos, grupos ou coletivos sem constituição jurídica, de natureza ou finalidade cultural, que desenvolvam e articulem atividades culturais em suas comunidades;
II - pontões de cultura: entidades com constituição jurídica, de natureza/finalidade cultural e/ou educativa, que desenvolvam, acompanhem e articulem atividades culturais, em parceria com as redes regionais, identitárias e temáticas de pontos de cultura e outras redes temáticas, que se destinam à mobilização, à troca de experiências, ao desenvolvimento de ações conjuntas com governos locais e à articulação entre os diferentes pontos de cultura que poderão se agrupar em nível estadual e/ou regional ou por áreas temáticas de interesse comum, visando à capacitação, ao mapeamento e a ações conjuntas;
III - cadastro Nacional de Pontos e Pontões de Cultura: integrado pelos grupos, coletivos e pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos que desenvolvam ações culturais e que possuam certificação simplificada concedida pelo Ministério da Cultura (Brasil, 2014)

A Rede Cultura Viva⁸ representa o conjunto de Pontos e Pontões de Cultura e congrega organizações governamentais e não governamentais, além de gestores, coletivos, comunidades e povos tradicionais, iniciativas rurais e urbanas que visam o fortalecimento da cultura. As entidades se auto-declaram pontos ou pontões de cultura e os governos apoiam e instrumentalizam, conforme regulamentação da lei.

Percebemos que deveria haver práticas construídas em conjunto das organizações de preservação, tanto ambientalistas quanto de patrimônio cultural, trabalhando em prol

⁷ A maior compreensão dos conceitos ecológicos e da verificação das alterações de vários ecossistemas pelo homem levou ao alargamento do conceito. Para saber mais: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Ecologia> Acesso em: 09 mai. 2021.

⁸ Para saber mais: <https://dados.gov.br/dataset/pontos-de-cultura> Acesso em: 01 dez. 2021

do bem comum. E compreendemos que a virada museológica, tal qual indicada na citação acima, se concretizaria na efetivação de respectivas ações.

Examinamos se este seria o caso dos ecomuseus como os tutelados pelas universidades, e vemos que estes quando ligados a projetos universitários ou projetos de extensão apresentam alguma diretriz museológica, com um serviço ligado a importantes e pertinentes questões ambientais aproximando-se da ecologia humana.

Sem descuidar das lições do intelectual Milton Santos, refletimos sobre território e cidadania

É impossível imaginar uma cidadania concreta que prescindia do componente territorial. Vimos, já, que o valor do indivíduo depende do lugar em que está e que, desse modo, a igualdade dos cidadãos supõe, para todos, uma acessibilidade semelhante aos bens e serviços, sem os quais a vida não será vivida com aquele mínimo de dignidade que se impõe. Isso significa, em outras palavras, um arranjo territorial desses bens e serviços de que, conforme a sua hierarquia, os lugares sejam pontos de apoio. (Santos, 2013: 195)

Apesar de que a Mata Atlântica seja comum a todos os casos citados, apesar do grande apelo para os cuidados ambientais, não há preocupações referentes ao desmatamento e outras perdas como, de espécimes de flora e fauna, incluindo hídricas em nível coletivo.

Ambos têm que ver com o território e este não tem apenas um papel passivo, mas constitui um dado ativo, devendo ser considerado como um fator e não exclusivamente como reflexo da sociedade. É no território tal como ele atualmente é, que a cidadania se dá tal como ela é hoje, isto é, incompleta. Mudanças no uso e na gestão do território se impõem, se queremos criar um novo tipo de cidadania, uma cidadania que se nos ofereça como respeito à cultura e como busca da liberdade. (Santos, 2013: 80)

A tomada de consciência sobre as questões de valores da natureza e os valores de conservação cultural poderiam se traduzir em qualificação das práticas dos museus, ecomuseu, museus comunitários, pontos de memória, museus de favela.

Parte 2 – Acompanhando a Práxis

A diversidade brasileira se deve muito ao seu território continental e ao ser humano que aqui está, pois como sabemos, o território é construído historicamente.

Ao observarmos a Constituição Federal (1988)

Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais. § 1º O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional. (CF, 1988)

Assim, ao Estado cabe a valorização e a proteção das manifestações das culturas diversas, tanto quanto é a formação cultural da nação. E estas manifestações estão expressas nas instituições culturais? Os museus, originários de uma tradição europeia frequentemente, mantêm em suas narrativas o olhar elitista e deixam, ainda, à margem as manifestações populares que, ao que nos parece, tem encontrado eco na organização dos pontos de memória e museus de favela e, trazendo novas formas de pensar suas memórias que, talvez, não caibam no museu de tradição.

Ainda na constituição, o Art. 216 expressa a constituição do patrimônio brasileiro (material e imaterial) e destaca, dentre outros, a inclusão de conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico, ampliando a questão da ecologia, como importante elo patrimonial e de preocupação para a preservação. Mas, ainda aqui, não se observa a preocupação destes museus que são criados com a questão ecológica. Os museus de território e comunitários brasileiros têm esta compreensão?

No Brasil da tecnologia museal, ao realizarmos pesquisa por uma ferramenta de busca virtual, a plataforma MuseusBr⁹, identificamos na coleta pelo tipo, 98 museus classificados como comunitários/ecomuseus. Quando buscamos pelo nome ecomuseus aparecem 29 instituições; ao passo que se buscarmos pelo nome museus comunitários são 12 museus. Há os que se denominam Ecomuseus principalmente nas mídias sociais (Facebook, Instagram, etc.), mas que, por razões diversas, não se cadastram/registram nesta tipologia de acervo, mas, sim, em História, Ciências ou outros. Na respectiva plataforma há indicação, dentre outros, do tipo “Museu Comunitário/Ecomuseu” num único item. Então, se verifica que este não é o motivo para o não enquadramento. Possivelmente ao se cadastrar, a escolha pode ser pelo formato de apresentação do museu ao público.

No entanto, ao ampliar a pesquisa para os dados dos museus em seus portais, blogs ou mídias sociais percebe-se que, a maioria destes museus cadastrados, se dedica à ecologia, o que é positivo. Estes museus são parte das questões do território e do entorno mas se distanciam dos fundamentos caros à Museologia, inclusive em razão da carência de equipes, pois atuam sem pessoal especializado. Destes, observamos 12 museus privados e 13 públicos. Identificam-se com parques, turismo e preservação. Nos

⁹ MuseusBr pode ser consultado em:
[http://museus.cultura.gov.br/busca/##\(global:\(enabled:\(space:!t\),filterEntity:space\)](http://museus.cultura.gov.br/busca/##(global:(enabled:(space:!t),filterEntity:space)) Acesso em 25 mai.2021.

ecomuseus privados vemos pouca ou nenhuma organização formal de base museológica. Entendemos que a parceria com o setor do Turismo é frágil e suscetível de manipulação (Scheiner, 2012). O importante setor do turismo local é beneficiado e contribui pouco com projetos de auto sustentabilidade que venham a fortalecer os museus/parceiros, tão atentos ao seu mercado.

Pela consulta ao site da mantenedora¹⁰ do mais antigo ecomuseu do Brasil, o Ecomuseu de Itaipu (1987) é também a primeira iniciativa desta tipologia na América Latina. Tem acervo formado por vestígios arqueológicos, exemplares de botânica, coleções zoológicas, geológicas e etnográficas resultantes de pesquisas realizadas antes, durante e depois da constituição da Usina de Itaipu. Desenvolve trabalho de Educação, porém não parece ser consoante o objetivo geral da gestão que é realizar atividades na região através da Rede Regional de Cultura e Patrimônio da Bacia Paraná 3, formada por atores sociais dispostos a dialogar sobre a situação e as demandas patrimoniais e culturais da região, propondo, consolidando e executando encaminhamentos construídos participativamente, através de ações concretas, individuais e coletivas, que buscam o fortalecimento cultural regional. As ações propostas parecem dificultar o alcance deste objetivo e deveriam ser mais diretas. Exemplificando as ações oferecidas: desenvolvimento de cursos de formação continuada em gestão de Cultura e Patrimônio; realização de encontros e fóruns de Cultura; apoio técnico a museus e iniciativas de memória; eventos integrados: Semana de Museus e Primavera de Museus. Cultura é um conceito amplo e inúmeras vezes definido ao longo do tempo, portanto deveria haver a adjetivação da cultura, poderiam ser oferecidos, temas referentes a ecossistema e/ou similares.

Compreendemos que o objetivo desta tipologia de ecomuseus, que visa contribuir para a dignidade humana e para a justiça social, aproxima-se do conceito de Ecologia¹¹. Coadunamos com a Ecologia Humana, disciplina ministrada nos programas de pós-graduação na USP e na Unicamp, que tem foco na ecologia da espécie humana e suas

¹⁰ Para saber mais: <https://www.itaipu.gov.br/meioambiente/ecomuseu> Acesso em: 25 mai. 2021.

¹¹ Para Morin: “A ecologia, ou, melhor, a ecossistemologia (Wilden, 1972), é uma ciência que nasce. Mas já constitui uma contribuição capital para a teoria da auto-organização do vivo, e, no que diz respeito à antropologia, reabilita a noção de natureza, na qual enraíza o homem. A natureza não é desordem, passividade, meio amorfo: é uma totalidade complexa. O homem não é uma entidade isolada em relação a essa totalidade complexa: é um sistema aberto, com relação de autonomia/dependência organizadora no seio de um ecossistema.” (1979:11)

várias adaptações ao meio, incluindo a visão de antropólogos (no comparativo entre diversas formas de sociedades) e a interdisciplinaridade (convergente com a Sociomuseologia).

Hugues de Varine em entrevista para Mário Chagas comentou

[...] o museu-comunitário, saído da sua comunidade e cobrindo o conjunto do seu território, com vocação global ou "integral", processo vivo que implica a população e não se preocupa com um público, que é ao mesmo tempo o centro e a periferia. A vida desses museus será curta ou longa, alguns nem se chamarão museus, mas todos seguirão os princípios da nova museologia (Santiago, Quebec, Caracas, etc.) no seu espírito ou na sua escrita (teoria). (Chagas, 1996: 11)

A Ecologia é uma ideologia que, desde os anos 90 do século XX, cada vez mais se fortalece. É ainda Hugues de Varine e Graça Filipe (2015), que reforçam a ideia do conceito de ecomuseu estar ligado aos movimentos inovadores dos últimos 40 anos do século XX, especialmente o da Nova Museologia. Contudo, atentam para as fragilidades do ecomuseu, quanto a sua administração, organização e financiamento

Podemos até questionar a validade do termo “ecomuseu”, que abarca tantas e tão diversas realidades, mas não confirma automaticamente a presença e a interação dos três termos que, por princípio, caracterizam este tipo de realidade: território, patrimônio e comunidade. (Varine e Filipe, 2015: 48)

Atualmente, existem outras organizações que, num âmbito diverso de uma sistematização regular como foram pensadas as políticas para museus, desenvolvem ações que aportam na necessidade de união em redes e associações que congregam as instituições e reforçam os elos de uma institucionalidade nova, potencializando as vivências e ações no campo. Os ecomuseus têm a sua associação: a Abremc - Associação Brasileira de Ecomuseus e Museus Comunitários. Os museus de favela, pontos de memória e outros, unem-se na Rede de Museologia Social do RJ.

No Guia de Museus e Memória da Rede de Favela Sustentável (2020), constam 26 Museus de Favela dentre muitos outros indicados, em que há visibilidade da riqueza e diversidade de memórias, neste espaço e sociedade.

De outra parte a Rede de Museologia Social do Rio Janeiro (Remus-RJ) congrega entidades (museus de favela, ecomuseus, fundações, associações e grupos) em ação pelo direito à memória e com atuação conjunta e cooperativa para a troca de experiências e desenvolvimento de atividades, em reciprocidade, inclusive, com outros estados e outros países. (Rede..., 2021).

É isso um modismo? Há crescimento e consciência de pertencimento de comunidade? Seguem caminhos trilhados pelo Museu da Maré, um dos pioneiros? Teria sido este o primeiro museu de favela brasileiro? Na época da sua criação (2009), foi incensado e saudado pela categoria museológica e, desde então, apresenta fortalecimento. Poderíamos afirmar que o exemplo positivo da comunidade da Maré serve de parâmetro para as organizações atuais? A permanência destas é a História que irá registrar, para quem pesquisa e tem atividades no campo foi inferida como coesão dialógica da dinâmica social contemporânea brasileira. O processo brota da consciência da riqueza que é a diversidade cultural e do ambientalismo que rodeia as favelas e do exemplo altamente positivo que se tornou o Museu da Maré. Daí vem avançando para o sucesso do empreendedorismo e a conseqüente valorização dos saberes, conforme o pensamento de Paulo Freire.

Na referida pesquisa sobre o futuro dos museus (ICOM-BR, 2020) com os públicos, os resultados apontam para a indicação de que o Museu do futuro será, conforme a figura 3.

Figura 3 – Sugestões do Público



Fonte: ICOM-BR, 2020

Como vemos, o Museu do futuro, a perseguir as sugestões, será um leque de possibilidades de serviços que potencializam suas principais funções: pesquisa, preservação, comunicação e fruição.

Considerações finais

A pesquisa atual desenvolveu-se empregando as mesmas ferramentas do objeto pesquisado, quer dizer, foi desenvolvida em ambientes virtuais e em instituições, em sua maioria, virtuais. Consideramos que este novo fazer aproxima-se, em parte, com as características da Antropologia Visual, no sentido da pesquisa, em razão das alterações advindas da crise de saúde mundial que transformou os métodos e técnicas de pesquisa tradicional incluindo as possibilidades de novos diálogos (Museologia e Antropologia) e novos ambientes. Foram realizadas buscas com acesso a Youtube, sites, redes sociais e vários outros, mas certamente com o apoio da internet e das plataformas tecnológicas. Caracterizando uma nova forma de empiria, acessamos e analisamos bibliografia, pesquisadores, redes, associações e legislação, consultando todo o necessário para cumprir nosso objetivo último, que é contribuir na construção de conhecimento, nas áreas de nosso interesse.

Há pouco tempo, as técnicas de pesquisa se realizavam pelo meio físico, por vezes, com deslocamentos, aquisição de livros, revistas científicas e outros. Houve uma formidável e rápida mudança nas técnicas de pesquisa. Professores, pesquisadores e alunos inseridos no mesmo cenário dos coletivos de memória e museus estamos cada vez mais imersos nas ferramentas virtuais. No momento atual, os dois lados, o pesquisador e o objeto da pesquisa, usam o virtual, substancialmente.

O trabalho nos museus que, basicamente, usava os sites corporativos ou convencionais, necessitou adaptar-se rapidamente à tecnologia atual, empurrados pelas circunstâncias que a saúde pública apresentou mundialmente. As *lives* e *streamings* passaram a compor a programação com a frequência permitida pelo preparo destas, por conta da novidade e estranhamento das ferramentas, que até então eram acessadas com frequência para as interações sociais de cada um, alheio ao ambiente do trabalho e não coletivamente, por equipes.

No momento, o campo da Museologia pode ser entendido como reconectado às expectativas da área. Houve ocasiões de muita dúvida e apreensão quanto ao devir. Sempre há caminho a percorrer, seja pelas peculiaridades políticas, administrativas e de gestão na conjuntura brasileira, seja pela completa reviravolta havida nesta etapa de superação do extraordinário, para a volta a um cotidiano menos conturbado. Sentimos

que as organizações culturais em geral conseguiram ultrapassar o ponto crítico e voltam a planejar organogramas e programações com curto, médio e longo prazo.

O que compreendemos sobre o campo das organizações de memória neste momento, seus conceitos de redes, amparo legal e institucional, principalmente no caso da pesquisa que apresentamos neste texto, se dá especialmente pelo entrelaçar dos conceitos e técnicas da Sociomuseologia, Antropologia e Geografia caracterizando, assim, o interdisciplinar. Em nova publicação, Machado (2017b), alerta sobre a dialética da cultura digital, que contém o contraditório ao produzir o positivo e o negativo, como as *fakenews*, por exemplo.

As redes deveriam apresentar diálogos constantes para, desta forma, concretizar a distribuição e redistribuição de energia, de informações e dos demais objetivos para os quais tenham sido formadas. Compreendemos ser esta uma das principais características de rede. No caso examinado, estas redes precisam ser fortalecidas; elas existem, mas não funcionam ou funcionam em alguns momentos especiais e depois cessam ou adormecem. O modo de atuação, por vezes, torna a rede pouco ou nada eficaz.

Da mesma maneira que a inserção na sociedade se apresenta através do virtual, este ambiente, no Brasil, por si nos traz novas perguntas: A tecnologia em geral será uma nova forma de colonialismo? Poderá acentuar a divisão social? Quantos estão à margem pela falta de treino ou educação digital para usar e/ou pelo fator econômico?

Assim, os riscos econômicos, políticos, da coleção, do modelo, da organização, dentre outros, indicados pelos pesquisadores da área da Cultura, se manifestam nas instituições patrimoniais. Além disso, os dados consultados apontam os desafios que os ecomuseus, os museus de favela, os pontos de cultura têm de enfrentar e indicam a avaliação, as prioridades, as estratégias e a integração no desenvolvimento sustentável como itens de adaptação das organizações de memória à sociedade.

Percebemos nesta pesquisa, certa dissociação entre a Museologia e as emergentes (e não convencionais) organizações de memória. Este distanciamento aparece, por exemplo, nas organizações de memória do Judiciário, nas comunitárias e fortemente nas favelas brasileiras. As atuais formas de Museologia na prática cotidiana, frequentemente, compõem suas equipes, sem pensar na interdisciplinaridade. A ausência de museólogos é um indicativo de enfraquecimento dos dois lados, da própria profissão e de suas atribuições, conduzidos sem conhecimento técnico básico.

Mesmo que as novas organizações tenham almejado ter menor carga de burocracia no processo para preservar e divulgar as memórias, elas necessitam buscar a institucionalização na instância de poder para compor suas formas de aporte financeiro, mesmo que eventual. A título de ilustração, os editais disponíveis têm duração básica de dois anos. Para concorrer, com votação pública, ao Edital Nossa Escolha (2021) havia 51 projetos em nove categorias. As categorias são tão diversas quanto diversa é a nossa cultura, o que torna difícil a opção por uma das organizações de Pontos de Memória e o Museu da República, as necessidades são também desafiadoras. Existem alguns parceiros institucionais, investidores comunitários eventuais. Alguns possíveis financiadores desconhecem os “museus sem território” percebidos como instáveis. A descontinuidade do aporte financeiro é uma grande dificuldade a ser trabalhada e ultrapassada.

Ainda que o Estado continue a ter importante papel para a Educação e a difusão da Cultura, não pode ser o único canal de aporte de recursos financeiros. Composto com associações de amigos, fortalecer o empreendedorismo beneficiaria à comunidade e aos museus. As subvenções do Estado são insuficientes, e não solucionam as questões essenciais de orçamento.

A chamada Lei da Cultura Viva (2014) permite o ingresso das organizações de maneira facilitada. O conteúdo de itens a observar para inscrição e posterior registro no Ibram tem outras exigências, a mais relevante é a presença do Plano Museológico. Como ficou demonstrado, a legislação específica para a Cultura se apresenta contraditória, tornando dificultoso o cumprimento dos procedimentos legais.

Pela legislação há possibilidades de institucionalização de várias memórias, sejam pelas comunidades, municipalidades, coletivos ou interessados. Hoje as memórias tornam-se inclusivas e tratam, também, dos povos antecessores. A questão está em cumprir com o que está previsto nas políticas públicas e fazer cumprir.

Percebemos possibilidades para parceria entre dois setores observados nesta pesquisa, o Turismo Cultural e Museus de Favela, sendo que ambos operam em planos paralelos sem qualquer diálogo. Este diálogo teria como meta incorporar os valores de natureza e assim gerar externalidades positivas, como pensa Sukhdev (2013), atuando como agentes de mudança.

Projetos uníssonos e convergentes das organizações de memória com o Turismo Cultural e paisagístico, em muito valorizariam a Mata Atlântica que é território comum à maioria e uma das regiões mais ricas do mundo em biodiversidade. Hoje, é considerada

um dos biomas mais ameaçados do planeta, contando com apenas 12,5% de suas florestas originais. Assim, sua preservação é essencial.

Incorporar os valores da natureza significa trabalhar com propósitos para interromper e reverter a degradação ambiental do território comum. A inclusão de conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico, aos projetos dos museus, amplia as questões do ambiente natural, contribui para interromper e reverter a degradação ambiental e coopera, igualmente, para efetivar serviços ecossistêmicos em conjunto com o Turismo. Com a efetivação destas ações e programas, as comunidades, inseridas na sociedade, serão as maiores beneficiárias.

A tríade Território, Patrimônio, Comunidade, pensada por Hugues de Varine como principal caracterização de ecomuseu, são frequentes nos Pontos de Cultura e nas demais organizações culturais. Os museus tradicionais contam e tem como suporte, um dos termos da tríade, o basilar: Patrimônio, mas ainda buscam incorporar a comunidade e o território.

O evento extraordinário da saúde em nível mundial tornou-se profícuo, para o encontro das tecnologias e da virtualidade com os museus tradicionais, os ecomuseus, os museus de favela e todas as outras formas de organização cultural. Ao retornar o equilíbrio da saúde coletiva, a maneira de desenvolver e apresentar o serviço no campo cultural contará com o legado da aprendizagem e práticas virtuais, anteriormente incipientes.

Observamos que há necessidade de uma conexão permanente entre os museus e a sociedade e não uma reconexão, como poderia parecer após o fechamento para atividades presenciais ou as ações virtuais. A reabertura gradual vem se dando com parcimônia e é prematuro fazer-se conjecturas sobre a atuação e a retomada de visitação no devir.

Então, podemos concluir que não temos respostas, mas, sim, indicadores da ebulição do setor museológico, seja organizado, formal ou informal. A conjuntura naturalmente contribui, mas não é a única causa de novas possibilidades. A pesquisa sobre o tema, por este motivo, permanece aberta.

Referências

BAUMANN, Zygmunt. *Tempos Líquidos*. Tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.

BERTOTTO, Márcia. *Entre o paralelo 20 e o 30: analisando e propondo políticas públicas para museus no sul do Brasil*. Tese (Doutorado em Museologia) –

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa, 2013. Disponível em: <https://recil.ensinolusofona.pt/bitstream/10437/4980/1/Tese%20M%c3%a1rcia%20Bertotto.pdf> Acesso em: 15 ago. 2021.

BERTOTTO, Márcia e RANGEL, Vera. *Uno museo comunitario en el sur del Brasil: mixturas, hibridismos y participación*. In: BERGERON, Yves; RIVET, Michèle (Eds.) **The Decolonisation of Museology: museums, mixing, and myths of origin**. Paris: ICOFOM, 2021. p. 48-52. (Decolonising Museology, 2). Disponível em: https://tuhat.helsinki.fi/ws/portalfiles/portal/161461295/ICOFOM_Decolonising_Museology_2.pdf Acesso em: 02 dez. 2021.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*, de 05 de outubro de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em: 12 ago. 2021.

BRASIL. Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009. *Institui o Estatuto de Museus e dá outras providências*. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/norma/583529/publicacao/15747049> Acesso em: 15 set. 2021.

BRASIL. Lei nº 11.906, de 20 de janeiro de 2009. *Cria o Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM, cria 425 (quatrocentos e vinte e cinco) cargos efetivos do Plano Especial de Cargos da Cultura, cria Cargos em Comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS e Funções Gratificadas, no âmbito do Poder Executivo Federal, e dá outras providências*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/11906.htm Acesso em: 13 set. 2021.

BRASIL. Decreto nº 8.124, de 17 de outubro de 2013. *Regulamenta dispositivos da Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009, que institui o Estatuto de Museus, e da Lei nº 11.906, de 20 de janeiro de 2009, que cria o Instituto Brasileiro de Museus - IBRAM*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/decreto/d8124.htm Acesso em: 04 out. 2021

BRASIL. LEI nº 13.018, de 22 de julho de 2014. *Institui a Política Nacional de Cultura Viva e dá outras providências*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113018.htm Acesso em: 23 out. 2021.

BRASIL. GOVERNO DO BRASIL. SERVIÇOS. *Obter certificado de Ponto ou Pontão de Cultura: Rede Cultura Viva*. Brasília, 14 out. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/servicos/obter-certificado-de-ponto-ou-pontao-de-cultura> Acesso em: 17 dez. 2021.

BRASIL. MINISTÉRIO DO TURISMO. *Pontos de Memória*. Brasília, 24 ago. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/museus/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/pontos-de-memoria> Acesso em: 17 dez. 2021.

BRULON, Bruno. *A Invenção do Ecomuseu: O Caso do Écomusée Du Creusot Montecceau-les-Mines e a Prática da Museologia Experimental*. Mana – Estudos de Antropologia Social. Publicação do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social - PPGAS-Museu Nacional, da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, vol.21, n.2, p. 267-295, 2007. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0104-93132015v21n2p267> Acesso em: 12 set. 2021.

CASTELLS, Manuel. Manuel Castells: "a comunicação em rede está revitalizando a democracia." In: *Fronteiras do Pensamento: Entrevistas*. [Entrevistado] por Malu

Fontes, Correio da Bahia, 11 maio 2015. Disponível em:

<https://www.fronteiras.com/entrevistas/manuel-castells-a-comunicacao-em-rede-esta-revitalizando-a-democracia> Acesso em: 19 jul. 2021.

CHAGAS, Mario. *Respostas de Hugues de Varine às perguntas de Mario Chagas*.

Lisboa, Cadernos de Sociomuseologia (Museus e Acção Social), v. 5, n. 5, 1996.

CHAGAS, Mario. *Museus, memórias e movimentos sociais*. Lisboa, Cadernos de Sociomuseologia (Questões Interdisciplinares na Museologia), n. 41, 2011.

FERRAZ, Cláudia Pereira e ALVES, André Porto. *Da Etnografia Virtual à Etnografia Virtual online - Deslocamentos dos estudos qualitativos em rede digital*. 41º Encontro Anual ANPOCS 2017, Caxambu. Outubro, 2017. Disponível em: <https://www.anpocs.com/index.php/papers-40-encontro-2/spg-4/spg10-4/10962-da-entografia-virtual-a-etnografia-online-deslocamentos-dos-estudos-qualitativos-em-rede-digital/file> Acesso em: 01 nov. 2021.

FUNDAÇÃO SOS Mata Atlântica. In: WIKIPÉDIA: a enciclopédia livre. 2020.

Disponível em:

https://pt.wikipedia.org/wiki/Funda%C3%A7%C3%A3o_SOS_Mata_Atl%C3%A2ntica. Acesso em: 28 nov. 2021

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS; ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS

IBEROAMERICANOS. *Pontos de Memória: metodologias e práticas em*

Museologia Social. Brasília, 2016. Disponível em: <https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2017/01/Pontos-de-Mem%C3%B3ria-Portugu%C3%AAs.pdf>

Acesso em: 17 dez. 2021.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Brasília, c2014. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/> Acesso em: 26 out. 2021.

INTERNATIONAL COUNCIL OF MUSEUMS BRASIL. Dados para navegar em meio às incertezas: parte II resultados da pesquisa com públicos de museus. Brasília, [2020]. Disponível em: http://www.icom.org.br/wp-content/uploads/2020/11/20201119_Tomara_ICOM_Ciclo2_FINAL.pdf

Acesso em: 17 dez. 2021.

INTERNATIONAL COUNCIL OF MUSEUMS PORTUGAL. Lisboa,

2021. Disponível em: <https://icom-portugal.org/> Acesso em: 17 dez. 2021.

JEUDY, Henri Pierre. *Memórias do Social*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1990.

JORENTE, Maria José Vicentini e NAKANO, Natália. *Um modelo de inovação bottom up: Museu de Favela (MUF) Em Questão* (Revista da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da UFRGS) v. 19, n.2 – Jul./Dez. 2013. Disponível em:

<https://www.redalyc.org/pdf/4656/465645973014.pdf> Acesso em: 25 set. 2021.

JULIÃO, Leticia. *Pesquisa Histórica no Museu*. In: Caderno de diretrizes museológicas 1. Brasília: Ministério da Cultura / Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico

Nacional/ Departamento de Museus e Centros Culturais, Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura/ Superintendência de Museus, 2006. 2ª Edição

LE GOFF, Jacques. *Documento/monumento*. In: ROMANO, Ruggiero (Dir.).

Enciclopédia Einaudi. Porto: Imprensa Oficial/Casa da Moeda, 1984. v. 1. Memória-História.

LEITE, Pedro Pereira. Uma coisa maior do que o nome: viagem por descobertas, cobrimentos e encobrimentos dos portugueses de Lisboa. In: *Hyphotheses*. Lisboa, 28 maio 2018. Disponível em: <https://globalherit.hypotheses.org/tag/museologia-decolonial> Acesso em: 25 maio 2020.

MACHADO, Mônica e SOARES, Antônia. *Ativação e Consumo Digital no Museu de Favela*. Memória e Informação, v. 2, n. 1, p.51-65, jan./jun. 2018.

MACHADO, Mônica. *Antropologia digital e experiências virtuais do Museu de Favela*. Curitiba, Appris, 2017.

MACHADO, Mônica. A Teoria da Antropologia Digital para Humanidades Digitais. a *Revista Z Cultural - Programa Avançado de Cultura Contemporânea*, Rio de Janeiro, ano XII, n. 2, 2º semestre 2017.

MARTINO, Luís Mauro Sá. *Teoria das mídias digitais: linguagens, ambientes, redes*. Petrópolis, RJ, Vozes, 2014.

MORIN, Edgar. *O paradigma perdido: a natureza humana*. Portugal: Europa América, 1979, 4ª ed.

MOUTINHO, Mario. *Vinte anos de Museologia: um caminho de dúvidas e opções*. Anais do II Encontro Internacional de Ecomuseus / IX Encontro Anual do Subcomitê Regional do ICOFOM para a América Latina e o Caribe – *ICOFOM*, Volume 1, 362 p., 2001.

MOUTINHO, Mario. *Prefácio*. In: *Museologia Social e Cultura*. GUIMARAENS, Ceça, RANGEL, Vera e BERTOTTO, Márcia (orgs). Rio de Janeiro, Rio Book's, 2015. NOSSA ESCOLHA. 2021. Disponível em: <https://www.nossaescolha.com.br/> Acesso em: 01 dez. 2021.

POLÍTICA Nacional de Cultura Viva. In: WIKIPEDIA: a enciclopédia livre. 2019. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Pol%C3%ADtica_Nacional_de_Cultura_Viva Acesso em: 17 dez. 2021.

PRIMO, Judite. *Museus locais e ecomuseologia – Estudos do projecto para o ecomuseu da Murtosa*. Lisboa, Cadernos de Sociomuseologia, v. 30, n. 30, 2008.

RANGEL, Vera Maria S. *Os Museus de Calçada do Centro Histórico de Porto Alegre na Atualidade*. Tese (Doutorado em Museologia) – Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa, 2013. Disponível em: <https://recil.ensinolusofona.pt/handle/10437/4981> Acesso em: 19 out. 2021.

REDE DE MUSEOLOGIA SOCIAL. Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <http://rededemuseologiasocialdorj.blogspot.com/p/sobre-rede.html> Acesso em: 17 dez. 2021

REDE FAVELA SUSTENTÁVEL. Rio de Janeiro, c2020. Disponível em: <https://favelasustentavel.org/> Acesso em: 29 nov. 2021.

REDE FAVELA SUSTENTÁVEL. *Museus e Memórias: guia*. Rio de Janeiro, nov. 2020. Disponível em: https://favelasustentavel.org/wp-content/uploads/2020/11/2020-11-Guia_Museus_Memorias_ESPELHADO.pdf Acesso em: 17 dez. 2021.

ROCHA, Ana Luiza Carvalho da. e ECKERT, Cornelia. *Etnografia da duração: antropologia das memórias coletivas em coleções etnográficas*. Porto Alegre: Marcavizual, 2013

SANTOS, Milton. *O Espaço da Cidadania e outras reflexões*. Brasília, Fundação Ulysses Guimarães, 2013, 2ªed.

SCHEINER, Tereza. *Repensando o Museu Integral: do conceito às práticas*. *Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum.*, v. 7, n. 1, p. 15-30, 2012.

SUKHDEV, Pavan. *Corporação 2020 – Como Transformar as Empresas para o Mundo de Amanhã*. São Paulo, Ed. Planeta Sustentável, 2013.

VARINE, Hugues e FILIPE, Graça. *Qual o futuro para os ecomuseus?* In: Cândido, Manuelina Maria Duarte e Ruoso, Carolina (Orgs.). *Museus e patrimônio: experiências e devires*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2015